



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva Redação. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta de material transparente.
- Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Você deverá transcrever a Prova Discursiva Redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 5 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao fiscal da sala, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Eleições antigas

Minhas primeiras memórias dos dias de eleição remontam ao primeiro ano primário, quando, do alto dos meus sete anos, admirava a profusão de cédulas de papel, que atulhavam as calçadas e as ruas, ou bailavam no ar, subitamente sacudidas por ventos que nunca faltaram, bem me lembro, nas ladeiras da minha cidade. Muito antes da votação eletrônica (confesso: antes mesmo de haver televisores nas casas), essas cédulas eram já os votos que o eleitor devia colocar na urna de sua seção eleitoral. Eu não entendia bem o motivo mesmo daqueles dias agitados, mas as crianças amam qualquer coisa que quebre a rotina. E um dia de eleição era um dia especial.

Gravações de falas, de slogans e de jingles de propaganda, que circulavam em carros armados com alto-falantes, ajudavam a criar um clima festivo de feriado, embora nenhum menino atinasse exatamente com as razões cívicas de tanta balbúrdia. Anos mais tarde, com a seca de eleições durante os longos anos de ditadura, pude sentir de modo especial o significado daqueles dias.

Mas nem tudo era festa. Volta e meia irrompiam discussões, às vezes ásperas, entre simpatizantes de diferentes candidatos. Da janela de casa, em que todos os dias do ano gastava pelo menos uma hora “a espiar o movimento”, meu pai provocava amistosamente o vizinho do outro lado da rua, que tinha o mesmo hábito da janela: “O seu Ademar já perdeu...”. A resposta vinha na hora: “Veremos, veremos...”. Aprendi que esse “veremos” significava ficar muitas horas, nos dias seguintes, a acompanhar as apurações pelo rádio. Eu acabava torcendo, é claro, para o candidato de meu pai (que sempre era, também, o de minha mãe), embora não tivesse a menor ideia do que representaria de fato uma eventual vitória. Quando Juscelino se anunciou candidato, meu pai disse que não votaria numa pessoa com sobrenome “impronunciável”. Nem sempre ele se balizava por critérios eminentemente ideológicos.

Ainda acho, tantas décadas mais velho, muito especiais os dias de eleição. Alguma coisa daquela antiga festividade retorna, na animação que toma conta das cercanias das escolas onde se vota. Fico às vezes parado, ali por perto, depois de votar, olhando os meninos que brincam na rua, olhando as janelas das casas, onde às vezes há alguém debruçado, a espiar o movimento.

(Aristides Silvério, inédito)

1. No primeiro parágrafo, o autor justifica a força das experiências vividas nos dias de eleição por meio de um postulado genérico:

- (A) *Minhas primeiras memórias (...) remontam ao primeiro ano primário (...).*
- (B) *(...) essas cédulas eram já os votos que o eleitor devia colocar na urna de sua seção eleitoral.*
- (C) *Eu não entendia bem o motivo mesmo daqueles dias agitados (...).*
- (D) *(...) admirava a profusão de cédulas de papel, que atulhavam as calçadas e as ruas (...).*
- (E) *(...) as crianças amam qualquer coisa que quebre a rotina.*

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 2º parágrafo, o autor afirma que suas primeiras experiências cívicas, de quando ainda era um menino, assemelham-se às que viveu ao longo da ditadura.
- II. No 3º parágrafo, a expressão *critérios eminentemente ideológicos* está definindo uma preocupação efetiva e permanente da maioria do eleitorado.
- III. No 4º parágrafo, o autor se vale de elementos das experiências presentes para reafirmar vivas impressões de seu passado.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *atinasse exatamente com as razões* (2º parágrafo) = atentasse resolutamente para os motivos.
- (B) *provocava amistosamente* (3º parágrafo) = debelava com afabilidade.
- (C) *se balizava por critérios* (3º parágrafo) = permitia-se conduzir com denodo.
- (D) *eminentemente ideológicos* (3º parágrafo) = prontamente políticos.
- (E) *na animação que toma conta das cercanias* (4º parágrafo) = no entusiasmo que assalta as proximidades.



4. O autor do texto vale-se, por vezes, do cotejo entre elementos do passado e elementos do presente, tal como ocorre entre os segmentos:
- (A) *Minhas primeiras memórias e as crianças amam qualquer coisa que quebre a rotina.*
- (B) *ajudavam a criar um clima festivo de feriado e pude sentir de modo especial o significado daqueles dias.*
- (C) *Mas nem tudo era festa e Nem sempre ele se baliava por critérios eminentemente ideológicos.*
- (D) *em que todos os dias do ano gastava pelo menos uma hora e onde às vezes há alguém debruçado.*
- (E) *Fico às vezes parado, ali por perto e olhando os meninos que brincam na rua.*
-
5. Atente para as seguintes construções:
- I. (confesso: antes mesmo de haver televisores nas casas).
- II. *Eu não entendia bem o motivo mesmo daqueles dias agitados.*
- III. *meu pai provocava amistosamente o vizinho do outro lado da rua, que tinha o mesmo hábito.*
- Preserva-se o sentido dessas construções caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) até, ainda assim e próprio.
- (B) até, exato e igual.
- (C) ainda assim, próprio e inclusive.
- (D) inclusive, ainda assim e próprio.
- (E) propriamente, exato e inclusive.
-
6. Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal na frase:
- (A) Sempre haverá esses mágicos canais da memória que nos transportam para situações antigas, quando as vem evocar alguma situação do presente.
- (B) Votavam-se, nas antigas eleições, com as mesmas cédulas de papel que fartamente se distribuía entre os eleitores, às vezes ainda indecisos.
- (C) Mas nem tudo era manifestações de entusiasmo, já que sempre tinham de haver alguns debates entre os eleitores, como os que estabeleciam meu pai com o vizinho.
- (D) Tudo, desde os alto-falantes até os gritos da criança, se somavam para que se guardasse daquela agitação algumas das lembranças mais vívidas da infância.
- (E) Enquanto houverem parapeitos e janelas, não faltarão senhores e senhoras que ali se debrucem, cuidando para que não se perca quaisquer detalhes da rotina da rua.
-
7. Está correto o emprego de **seção**, em *seção eleitoral* (1º parágrafo), assim como está correto o do termo sublinhado na frase:
- (A) A seccção em que se deveria homenageá-lo foi adiada para a próxima semana.
- (B) Ele se indispôs contra a seção de seus direitos em favor de tantos parentes e contraparentes.
- (C) Na sessão para a qual foi indicado para assumir nova função, o chefe é reconhecidamente um intolérante.
- (D) Não houve como obter dele a cessão de seu posto para um colega mais experiente.
- (E) A sessão longitudinal dessa planta expôs os vestígios do parasita que a fez definhar.
-
8. Mantêm-se a correção e a coerência da frase dada, ao se substituir o elemento sublinhado pelo que está entre parênteses, no seguinte caso:
- (A) *Minhas primeiras memórias dos dias de eleição remontam ao primeiro ano primário (...)* (**integram-se com o**)
- (B) (...) *essas cédulas eram já os votos que o eleitor devia colocar na urna (...)* (**representavam logo**)
- (C) (...) *ajudavam a criar um clima festivo de feriado (...)* (**exaurir de um ar faustoso**)
- (D) (...) *ficar muitas horas, nos dias seguintes, a acompanhar as apurações (...)* (**atentando para**)
- (E) (...) *olhando as janelas das casas, onde às vezes há alguém debruçado (...)* (**em cujas eventualmente**)
-
9. *Ainda acho, tantas décadas mais velho, muito especiais os dias de eleição.*
- É plenamente aceitável esta nova redação da frase acima:
- (A) Embora envelhecido por tantas décadas, ainda considero muito especiais os dias de eleição.
- (B) Percebo, porquanto mais velho tantas décadas, como são muito especiais os dias de eleição.
- (C) Mais velho tantas décadas, julgo-lhes ainda muito especiais, os dias de eleição.
- (D) Por quanto já mais velho tantas décadas, vejo quão especiais são os dias de eleição.
- (E) Acho ainda o quanto são especiais, mesmo mais velho por décadas, os dias de eleição.
-
10. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na seguinte construção:
- (A) Aquelas cédulas de papel eram as que o eleitor devesse utilizar na hora em que se dispusesse a votar.
- (B) Não tardava muito para que começassem a irromper discussões entre os que simpatizavam com diferentes candidatos.
- (C) À medida que eram divulgados, os resultados parciais das eleições teriam provocado as mais distintas reações.
- (D) Meu pai achava que um candidato com aquele sobrenome não pudesse vir a exercer um cargo daquela relevância.
- (E) Eu faria qualquer coisa para que a sensação daqueles dias de eleição possa ressurgir em mim, com a mesma força.



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Mordacidade de Montesquieu

O grande pensador Montesquieu, uma das mais iluminadas inteligências da França do século XVIII, um mestre para os estudos jurídicos, era também um exuberante talento artístico. Em 1721 aparece sua primeira obra literária, as **Cartas persas**, nas quais retrata satiricamente toda a civilização francesa, por meio da suposta correspondência de dois viajantes persas em andanças por Paris e desejosos de “ins-truir-se nas ciências do Ocidente”. Em Paris, contemplam uma cidade onde “as casas são tão altas que se as julgaria habitadas por astrólogos” e tão extremamente povoadas que, “quando todo mundo desce para as ruas, faz-se uma bela confusão.”

O rei da França parece-lhes “o mais poderoso príncipe da Europa. Não tem minas de ouro como o rei da Espanha, seu vizinho, mas tem mais riquezas porque as tira da vaidade dos súditos, inesgotável mais que as minas... Esse rei é um grande mágico: exerce seu império sobre o próprio espírito dos súditos, fazendo-os pensar como ele. Se não tem mais que um milhão de escudos em seu tesouro e tem necessidade de dois, não precisa fazer mais do que persuadi-los de que um escudo vale dois, e todo mundo acredita.”

À crítica da autoridade política, característica do Século das Luzes, junta-se a da autoridade religiosa, quando os persas encontram “um outro mágico, mais forte que o rei e não menos mestre de seu próprio espírito quanto do espírito dos outros. Esse mágico chama-se Papa e faz crer aos súditos que três não é mais que um, que vinho não é vinho, que pão não é pão, e mil outras coisas da mesma espécie. Para não dar descanso aos súditos e não deixá-los perder o hábito da crença, fornece a eles, de quando em quando, certos tratados de fé.”

O sarcasmo estende-se aos costumes, e Montesquieu põe na boca dos persas palavras de admiração ao encontrarem mulheres muito habilidosas que “fazem da virgindade uma flor que perece e renasce todos os dias”. Os caprichos da moda entre os franceses parecem-lhes surpreendentes, e “não se acreditaria em quanto custa ao marido colocar sua mulher na moda.”

(Extraído do encarte a **Montesquieu**. S. Paulo: Abril, *Os pensadores*, 1973)

11. Em relação à apresentação e à organização do texto, é correto afirmar que

- (A) a referência, no primeiro parágrafo, à contribuição de Montesquieu para os estudos jurídicos encontra sustentação no último parágrafo.
- (B) a utilização de aspas indica que os trechos assim ressaltados correspondem a uma tradução de fragmentos das **Cartas persas**, de Montesquieu.
- (C) o segundo e o terceiro parágrafos encerram críticas de Montesquieu às baldadas tentativas dos mandatários que buscavam amenizar o autoritarismo do regime.
- (D) o último parágrafo corresponde a uma efetiva conclusão do texto, já que nele se comprovam as teses propostas nos parágrafos anteriores.
- (E) seu autor não se furtou, utilizando para isso as aspas de praxe, a emitir opinião pessoal acerca do mérito mesmo das questões satirizadas por Montesquieu.

12. Esta é uma questão que NÃO foi contemplada, no texto, como objeto da sátira de Montesquieu:

- (A) os excessos arquitetônicos da cidade de Paris.
- (B) a habitual usura dos súditos franceses.
- (C) a atuação dos símbolos na linguagem católica.
- (D) a dissimulação feminina das experiências sexuais.
- (E) os traços de um autoritarismo ludibrioso e inescrupuloso.

13. Comenta-se corretamente um aspecto do texto, em redação conforme a norma culta, em:

- (A) Nas **Cartas persas**, Montesquieu valeu-se de um documento genuinamente histórico, quanto mais não seja para fazê-lo insurgir-se diante do regime francês.
- (B) Apropriando-se imaginariamente de uma correspondência entre dois persas, Montesquieu os consita para si e faz deles emissores de sua própria crítica.
- (C) Com o estratagema de uma forjada correspondência entre dois persas, Montesquieu acaba por denunciar as mazelas que vê na França do Século das Luzes.
- (D) Pustulando a autoria de cartas efetivamente persas, Montesquieu deseja satirizar os hábitos franceses, e acaba estendendo-os a todos os demais do Século das Luzes.
- (E) Estrelando na literatura com as **Cartas persas**, Montesquieu já apregoava os maus costumes franceses, deblaterando-os à revelia do monarca e do próprio Papa.



14. Deve-se entender, pelo sentido que tem no contexto, que o segmento
- (A) *era também um exuberante talento artístico* é uma informação enfática e inclusiva.
- (B) *por meio da suposta correspondência* é uma alusão à eventual legitimidade das cartas.
- (C) *porque as tira da vaidade dos súditos* é uma reiteração da vaidade do rei da França.
- (D) *exerce seu império sobre o próprio espírito dos súditos* é uma condenação da subserviência imperial.
- (E) *não menos mestre de seu próprio espírito quanto do espírito dos outros* é uma comprovação das práticas piedosas do Papa.
-
15. A forma verbal resultante da transposição para a voz passiva da frase
- (A) Quanto às minas de ouro, o rei *as tira da vaidade dos súditos* será **tê-las-á tirado**.
- (B) *retrata satiricamente toda a civilização francesa* será **tem-na retratado**.
- (C) *exerce seu império sobre o próprio espírito dos súditos* será **têm sido exercidos**.
- (D) *fornece a eles (...) certos tratados de fé* será **são-lhes fornecidos**.
- (E) *custa ao marido colocar sua mulher na moda* será **custa-lhe tê-la colocado**.
-
16. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **singular** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) Nem mesmo se (**atrever**) a repudiar as mordazes críticas de Montesquieu quem por elas se sentisse atingido.
- (B) (**vir**) somar-se ao autoritarismo político as ingerências autoritárias do poder religioso.
- (C) Não (**ficar**) à margem da dura crítica de Montesquieu nem mesmo algumas características das construções parisienses.
- (D) (**constituir**) matéria para o riso do filósofo até mesmo os ritos e os símbolos católicos.
- (E) Não (**escapar**) à crítica de Montesquieu quaisquer atitudes que lhe parecessem viciosas.
-
17. Com o tempo, o sarcasmo de Montesquieu tornou-se proverbial, mas no século XVIII temiam esse sarcasmo todos os que se sentissem objetos possíveis dele, já que o filósofo explorava esse sarcasmo com a arte de quem sabe tornar o sarcasmo uma arma mortal.
- Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) temiam-no - lhe explorava - o sabe tornar.
- (B) lhe temiam - o explorava - lhe sabe tornar.
- (C) temiam-no - o explorava - sabe torná-lo.
- (D) temiam a ele - explorava-lhe - sabe torná-lo.
- (E) o temiam - explorava-o - sabe tornar-lhe.
-
18. Está correta a flexão de todas as formas verbais na frase:
- (A) Muitos dos contemporâneos de Montesquieu conviveram em que ele cometia intoleráveis abusos no exercício de sua crítica.
- (B) O que hoje não mais constitui escândalo, à época de Montesquieu podia ser uma abominável prática social.
- (C) Os herdeiros intelectuais de Montesquieu recomporam suas ideias ao longo do tempo e as adaptaram a diferentes circunstâncias.
- (D) Mesmo que os católicos mais críticos intervissem junto às autoridades, Montesquieu não arrefeceria o tom de suas ironias.
- (E) Nada faria com que um espírito crítico como o de Montesquieu detivesse sua mordacidade diante das mazelas de sua época.
-
19. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) Por meio das **Cartas persas**, Montesquieu, acabou atingindo de forma inapelável, não apenas as instituições políticas, mas também a própria Igreja Católica satirizada, nada mais nada menos, que em sua autoridade máxima, a figura do Papa.
- (B) Por meio das **Cartas persas**, Montesquieu acabou atingindo, de forma inapelável, não apenas as instituições políticas, mas também, a própria Igreja Católica; satirizada nada mais nada menos, que em sua autoridade máxima a figura do Papa.
- (C) Por meio das **Cartas persas** Montesquieu acabou atingindo de forma inapelável, não apenas as instituições políticas mas também a própria Igreja Católica, satirizada nada mais nada menos, que em sua autoridade máxima, a figura do Papa.
- (D) Por meio, das **Cartas persas**, Montesquieu acabou atingindo de forma inapelável: não apenas as instituições políticas, mas, também, a própria Igreja Católica; satirizada nada mais, nada menos, que em sua autoridade máxima: a figura do Papa.
- (E) Por meio das **Cartas persas**, Montesquieu acabou atingindo, de forma inapelável, não apenas as instituições políticas, mas também a própria Igreja Católica, satirizada, nada mais, nada menos, que em sua autoridade máxima: a figura do Papa.
-
20. Atente para as seguintes afirmações:
- I. O sentido da frase *Esse rei é um grande mágico: exerce seu império sobre o próprio espírito dos súditos* não se altera caso se substitua o sinal de dois-pontos por **conquanto**.
- II. Na frase *O sarcasmo estende-se aos costumes, e Montesquieu põe na boca dos persas palavras de admiração ao encontrarem mulheres muito habilidosas (...)*, a conjunção **e** pode ser substituída por **haja vista que**.
- III. Com a afirmação *“fazem da virgindade uma flor que perece e renasce todos os dias”*, Montesquieu reconhece os sinceros escrúpulos da moralidade francesa.
- Está correto APENAS o que se afirma em
- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I.

**Noções de Informática**

21. Novos "temas" podem ser instalados na área de trabalho do *Thunderbird* a partir da ferramenta
- (A) Edição.
(B) Propriedades.
(C) Complementos.
(D) Extensões.
(E) Aparência.
22. Ao abrir um menu de um aplicativo do *Windows XP*, a presença de três pontos (...) no final de um item do menu indica que
- (A) existem mais itens do menu.
(B) existe um atalho de teclado.
(C) se trata de um recurso ativo.
(D) abrirá uma caixa de diálogo.
(E) abrirá um submenu.
23. Estando o cursor posicionado no primeiro parágrafo da primeira célula da primeira linha de uma tabela, dentro de um documento *MS Word 2003*, ao pressionar a tecla ENTER o
- (A) cursor será posicionado no segundo parágrafo da primeira célula da primeira linha da tabela.
(B) cursor será posicionado no primeiro parágrafo da segunda célula da primeira linha da tabela.
(C) cursor será posicionado no primeiro parágrafo da primeira célula da segunda linha da tabela.
(D) conteúdo da segunda célula da primeira linha da tabela será selecionado.
(E) conteúdo da primeira célula da segunda linha da tabela será selecionado.
24. Para alternar entre o modo de inserção e o modo de sobrescrever textos em um documento no *BrOffice.org Writer*
- (A) pressione a tecla *Insert* ou a tecla *Scroll*.
(B) pressione a tecla *Insert*, apenas.
(C) pressione a tecla *Scroll*, apenas.
(D) pressione a tecla *Insert* ou clique na área INSER/SOBRE da barra de *Status*.
(E) clique na área INSER/SOBRE da barra de *Status*.
25. Em uma fórmula no *MS Excel 2003*, as referências =A1, =A\$1 e =\$A\$1 correspondem, respectivamente, às referências do tipo
- (A) relativa, absoluta e mista.
(B) relativa, mista e absoluta.
(C) absoluta, relativa e mista.
(D) absoluta, mista e relativa.
(E) mista, relativa e absoluta.
26. O recurso de Auto-filtro em uma planilha no *BrOffice.org Calc* pode ser usado por meio do acesso ao menu
- (A) Dados e da seleção dos itens Filtro e Auto-filtro.
(B) Formatar e da seleção dos itens Filtro e Auto-filtro.
(C) Inserir e da seleção do item Auto-filtro.
(D) Dados e da seleção do item Auto-filtro.
(E) Formatar e da seleção do item Auto-filtro.
27. Uma apresentação elaborada no *MS PowerPoint 2003* pode ser impressa na forma de folhetos para consultas. Espaços em linhas para que se façam anotações sobre as apresentações são reservados no folheto de
- (A) um slide por página.
(B) dois slides por página.
(C) três slides por página.
(D) quatro slides por página.
(E) seis slides por página.
28. NÃO é um componente que se apresenta na janela principal do *BrOffice.org Impress*:
- (A) Estrutura de tópicos.
(B) Painel de slides.
(C) Classificador de slides.
(D) Folheto.
(E) Notas.
29. A prevenção contra sites que agem monitorando a navegação de usuários na *Internet* é realizada no *Internet Explorer 8* por meio do recurso
- (A) *Data Execution Prevention*.
(B) *Automatic Crash Recovery*.
(C) *Cross Site Scripting*.
(D) Filtro do *SmartScreen*.
(E) Filtragem *InPrivate*.
30. NÃO se trata de um componente da área de trabalho padrão do *Mozilla Firefox*:
- (A) Abas de Navegação.
(B) Barra de Navegação.
(C) Barra de Status.
(D) Barra de Menus.
(E) Barra de Tarefas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Direito Constitucional**

31. Sobre a interpretação das normas constitucionais, analise:
- I. O órgão encarregado de interpretar a Constituição não pode chegar a um resultado que subverta ou perturbe o esquema organizatório-funcional estabelecido pelo legislador constituinte.
- II. O texto de uma Constituição deve ser interpretado de forma a evitar contradições (antinomias) entre suas normas, e sobretudo, entre os princípios constitucionais estabelecidos.
- Os referidos princípios, conforme doutrina dominante, são denominados, respectivamente, como
- (A) da força normativa e da justeza.
(B) do efeito integrador e da harmonização.
(C) da justeza e da unidade.
(D) da máxima efetividade e da unidade.
(E) do efeito integrador e da forma normativa.



<p>32. Tendo em vista os aspectos constitucionais da nacionalidade, é correto afirmar que</p> <p>(A) é considerado brasileiro nato, o estrangeiro de qualquer nacionalidade residente na República Federativa do Brasil há mais de dez anos e que tenha idoneidade moral.</p> <p>(B) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade no caso de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.</p> <p>(C) os cargos de Governadores dos Estados e Deputados Federais são privativos de brasileiro nato, enquanto que os de Prefeito e Vereadores podem ser de brasileiros naturalizados.</p> <p>(D) aos portugueses residentes no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos, em qualquer hipótese, os direitos inerentes aos brasileiros.</p> <p>(E) o brasileiro também será nato quando nascido no estrangeiro, de pai brasileiro, desde que este esteja a serviço da República Federativa do Brasil.</p>	<p>35. No que diz respeito à organização dos Poderes, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) as decisões do Tribunal Superior Eleitoral são, em regra, irrecorríveis a exemplo das concessões de <i>habeas corpus</i> ou de mandado de segurança.</p> <p>(B) os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária constituem crimes de responsabilidade.</p> <p>(C) os tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade da lei somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do órgão especial.</p> <p>(D) a Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente da Câmara dos Deputados e os demais cargos exercidos por membros do Senado Federal.</p> <p>(E) é vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a direitos políticos, partidos políticos e a reservada a lei complementar.</p>
<p>33. No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, é correto que</p> <p>(A) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização.</p> <p>(B) aos autores pertence o direito exclusivo de reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.</p> <p>(C) é livre o exercício de qualquer trabalho ou profissão, independentemente das qualificações legais.</p> <p>(D) as reuniões pacíficas, sem armas, em locais abertos ao público sempre dependem de autorização do órgão competente.</p> <p>(E) a lei não poderá, em qualquer hipótese, restringir a publicidade de atos processuais por ser prerrogativa das partes.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Eleitoral</p> <p>36. A respeito da composição dos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que</p> <p>(A) um terço dos cargos do Tribunal Superior Eleitoral será reservado para advogados e membros do Ministério Público Federal.</p> <p>(B) os Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados poderão integrar o Tribunal Superior Eleitoral no cargo de livre nomeação do Presidente da República.</p> <p>(C) integram o Tribunal Superior Eleitoral três juízes nomeados pelo Presidente da República dentre Ministros do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) integram o Tribunal Superior Eleitoral três juízes dentre Ministros do Supremo Tribunal Federal, escolhidos mediante eleição e pelo voto secreto.</p> <p>(E) o Corregedor Eleitoral será nomeado pelo Presidente da República dentre os membros do Tribunal Superior Eleitoral.</p>
<p>34. Em relação à política agrícola e fundiária e da reforma agrária, analise:</p> <p>I. A pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, ainda que seu proprietário não possua outra, também é suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária.</p> <p>II. O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.</p> <p>III. O título de domínio e a concessão de uso aos beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária, serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>	<p>37. Nos municípios em que houver mais de uma Junta Eleitoral, a expedição dos diplomas aos eleitos para os cargos municipais será feita</p> <p>(A) pelo Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(B) pela Junta Eleitoral que for presidida pelo Juiz Eleitoral mais antigo.</p> <p>(C) pela Junta Eleitoral que tiver apurado maior número de votos.</p> <p>(D) pelo Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(E) pelo Corregedor Regional Eleitoral.</p> <p>38. A respeito do cancelamento e da exclusão de eleitores, pode-se afirmar que</p> <p>(A) a decisão do juiz eleitoral é irrecorrível.</p> <p>(B) cessada a causa do cancelamento, o interessado não poderá requerer a sua qualificação e inscrição.</p> <p>(C) durante o processo e até a exclusão pode o eleitor votar validamente.</p> <p>(D) a suspensão dos direitos políticos não é causa de cancelamento.</p> <p>(E) a exclusão de eleitor não pode ser determinada <i>ex officio</i> pelo Juiz Eleitoral, dependendo de requerimento de partido ou candidato.</p>



39. A respeito da representação proporcional, é correto afirmar:
- (A) Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários serão livremente distribuídos pela Justiça Eleitoral.
 - (B) Se nenhum partido ou coligação alcançar o quociente eleitoral, serão convocadas novas eleições.
 - (C) Determina-se para cada coligação o quociente partidário, dividindo-se pelos lugares a preencher o número de votos válidos dados sob a mesma coligação de legendas, desprezada a fração.
 - (D) Determina-se para cada partido o quociente partidário, dividindo-se pelos lugares a preencher o número de votos válidos dados sob a mesma legenda, desprezada a fração.
 - (E) Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.
40. O pedido de registro de candidatura deverá ser instruído, dentre outros documentos, com certidão de quitação eleitoral. No que concerne às multas aplicadas pela Justiça Eleitoral, serão
- (A) considerados quites os candidatos que tenham comprovado o pagamento do débito até o trânsito em julgado da decisão que, por esse motivo, indeferir o registro.
 - (B) considerados quites os candidatos que, até a formalização do pedido de registro de candidatura, tenham comprovado o parcelamento da dívida regularmente cumprido.
 - (C) consideradas todas as multas impostas, inclusive aquelas cuja decisões estejam ainda pendentes de recurso.
 - (D) considerados devedores os que tendo pago as multas que lhes couber individualmente não pagarem as multas impostas concomitantemente a outros candidatos em razão do mesmo fato.
 - (E) considerados devedores os candidatos definitivamente condenados, que tenham efetuado o pagamento do débito, pelo período de até seis meses após a quitação.
41. A respeito da substituição de candidatos, é INCORRETO afirmar que
- (A) a escolha do substituto far-se-á na forma estabelecida no estatuto do partido a que pertencer o substituído.
 - (B) nas eleições proporcionais, a substituição só se efetivará se o novo pedido for apresentado até sessenta dias antes do pleito.
 - (C) é vedado ao partido ou coligação substituir candidato que tiver o seu registro indeferido ou cancelado.
 - (D) o registro deverá ser requerido até dez dias contados do fato ou da notificação ao partido da decisão judicial que deu origem à substituição.
 - (E) é facultado ao partido ou coligação substituir candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo do registro.
42. O requerimento de registro de partido político deve ser subscrito pelos seus fundadores, em número nunca inferior a
- (A) cento e um, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos Estados.
 - (B) duzentos e um, com domicílio eleitoral em, no mínimo, dois terços dos Estados.
 - (C) trezentos e um, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um quinto dos Estados.
 - (D) quatrocentos e um, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um sexto dos Estados.
 - (E) quinhentos e um, com domicílio eleitoral em, no mínimo, metade dos Estados.
43. A respeito da fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos, considere:
- I. O Tribunal Superior Eleitoral, após o trânsito em julgado de decisão, determinará o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido contra o qual fique provado estar recebendo recursos de procedência estrangeira.
 - II. O partido político, em nível nacional, sofrerá suspensão das cotas do fundo partidário como consequência de atos praticados por órgãos regionais ou municipais.
 - III. A falta de prestação, na forma da lei, das devidas contas à Justiça Eleitoral não se inclui dentre as causas de cancelamento do registro e do estatuto do partido.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) III.
- Direito Administrativo**
44. A respeito das entidades políticas e administrativas, considere:
- I. Pessoas jurídicas de Direito Público que integram a estrutura constitucional do Estado e têm poderes políticos e administrativos.
 - II. Pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica, para realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou.
 - III. Pessoas jurídicas de Direito Privado que, por lei, são autorizadas a prestar serviços ou realizar atividades de interesse coletivo ou público, mas não exclusivos do Estado.
- Esses conceitos referem-se, respectivamente, a entidades
- (A) autárquicas, fundacionais e empresariais.
 - (B) estatais, autárquicas e paraestatais ou de cooperação.
 - (C) estatais, paraestatais ou de cooperação e fundacionais.
 - (D) paraestatais ou de cooperação, autárquicas e estatais.
 - (E) estatais, empresariais e fundacionais.



<p>45. Acerca dos poderes e deveres do administrador público, é correto afirmar que</p> <p>(A) o dever de prestar contas aplica-se apenas aos ocupantes de cargos eletivos e aos agentes da administração direta que tenham sob sua guarda bens ou valores públicos.</p> <p>(B) o agente público, mesmo quando despido da função ou fora do exercício do cargo, pode usar da autoridade pública para sobrepor-se aos demais cidadãos.</p> <p>(C) o poder tem, para o agente público, o significado de dever para com a comunidade e para com os indivíduos, no sentido de que, quem o detém está sempre na obrigação de exercitá-lo.</p> <p>(D) o dever de eficiência exige que o administrador público, no desempenho de suas atividades, atue com ética, honestidade e boa-fé.</p> <p>(E) o dever de probidade traduz-se na exigência de elevado padrão de qualidade na atividade administrativa.</p>	<p>48. O mandado de segurança, como instrumento de controle judicial da Administração, tem cabimento, dentre outras hipóteses, contra</p> <p>(A) coisa julgada, pois é remédio constitucional para assegurar direito líquido e certo.</p> <p>(B) lei em tese, inclusive decretos, regulamentos, instruções normativas ou atos equivalentes.</p> <p>(C) ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, mesmo que o interessado o tenha interposto.</p> <p>(D) atos ou condutas ilegais atribuídas ao Poder Público ou a agentes de pessoas jurídicas privadas, no exercício de função delegada.</p> <p>(E) atos <i>interna corporis</i>, em qualquer hipótese, porque nenhuma lesão ou ameaça a direito pode ser subtraída da apreciação do Poder Judiciário</p>
<p>46. Sobre os poderes administrativos, considere:</p> <p>I. Poder que a lei confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.</p> <p>II. Poder que o Direito concede à Administração Pública, de modo implícito ou explícito, para a prática de atos administrativos com liberdade de escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.</p> <p>III. Faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo de explicar a lei para a sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei.</p> <p>Os conceitos acima se referem, respectivamente, aos poderes</p> <p>(A) subordinado, discricionário e hierárquico.</p> <p>(B) discricionário, arbitrário e disciplinar.</p> <p>(C) vinculado, disciplinar e de polícia.</p> <p>(D) hierárquico, de polícia e regulamentar.</p> <p>(E) vinculado, discricionário e regulamentar</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Administração Pública</p> <p>49. Considere as seguintes afirmativas sobre o BSC (<i>Balanced Scorecard</i>).</p> <p>I. O BSC tem como principal característica possibilitar o acompanhamento da estratégia por meio de indicadores de desempenho.</p> <p>II. O BSC tem como principal característica avaliar a priorização dos problemas encontrados dentro da entidade.</p> <p>III. O BSC mostra a importância relativa de diferentes aspectos de um problema, porém de difícil identificação de quais aspectos devem ser solucionados primeiro.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>
<p>47. Com relação à responsabilidade civil do Estado, a ação regressiva é uma</p> <p>(A) medida de natureza administrativa de que dispõe a Administração para obrigar o agente, <i>manu militari</i>, a ressarcir o valor da indenização que pagou a terceiros em decorrência de conduta daquele.</p> <p>(B) medida administrativa que o lesado tem contra o agente público causador do dano.</p> <p>(C) ação judicial que o agente público tem contra a vítima de dano se não agiu com culpa.</p> <p>(D) ação judicial que o lesado tem contra o agente público causador do dano para buscar indenização.</p> <p>(E) ação judicial de natureza civil que a Administração tem contra o agente público ou o particular prestador de serviços públicos causador do dano a terceiros.</p>	<p>50. O mapa estratégico é o instrumento que representa graficamente a estratégia organizacional. Seus principais elementos são as perspectivas, os objetivos e a relação de causa e efeito entre ações e resultados, ou seja, entre os objetivos estratégicos. A Atuação Institucional, inserida no Mapa Estratégico do TRE-AC, tem por objetivo</p> <p>(A) motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia.</p> <p>(B) garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.</p> <p>(C) fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.</p> <p>(D) desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores.</p> <p>(E) assegurar os recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.</p>



51. Sobre gestão de pessoas considere as seguintes afirmativas:

- I. A gestão de pessoas por competências consiste em planejar, captar, desenvolver e avaliar, nos diferentes níveis da organização (individual, grupal e organizacional), as competências necessárias à consecução dos objetivos institucionais.
- II. O modelo de gestão de pessoas por competências tem como diretriz a busca pelo autodesenvolvimento e possibilita um diagnóstico capaz de investigar as reais necessidades apresentadas no contexto de trabalho, bem como aquelas necessárias ao atingimento dos desafios estratégicos da organização.
- III. A gestão de pessoas por competências possibilita a utilização de técnicas e avaliação independente de assessoramento da administração, voltada para o exame da avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

52. O instrumento estratégico de articulação e gestão das políticas públicas do Governo Eletrônico é conhecido como:

- (A) Fluxograma 5W 2H.
- (B) Votação de Pareto.
- (C) Gestão de sistemas de compras governamentais.
- (D) Gestão de conhecimento.
- (E) Alinhamento e Integração.

Direito Civil

53. Considere as seguintes assertivas a respeito das Associações:

- I. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, não havendo, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
- II. Os associados devem ter iguais direitos, sendo que a legislação competente veda a instituição pelo estatuto de categorias com vantagens especiais.
- III. A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantindo a um quinto dos associados o direito de promovê-la.
- IV. A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

54. Segundo o Código Civil brasileiro, com relação à invalidez dos negócios jurídicos, é correto afirmar:

- (A) É de dez anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.
- (B) Não serão considerados nulos ou anuláveis os negócios jurídicos em que os instrumentos particulares forem antedatados.
- (C) É de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de coação, do dia em que ela cessar.
- (D) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.
- (E) Além dos casos expressamente declarados na lei, é nulo o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente, bem como por vício resultante de estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

55. Jane por deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil. Gilberto, por causa transitória, não pode exprimir sua vontade e Morgana é excepcional, sem desenvolvimento mental completo. De acordo com o Código Civil brasileiro, NÃO corre a prescrição contra

- (A) Gilberto e Morgana.
- (B) Jane, Gilberto e Morgana.
- (C) Jane e Gilberto.
- (D) Jane e Morgana.
- (E) Jane, apenas.

56. Com relação às obrigações solidárias, na solidariedade passiva,

- (A) no caso de rateio entre os codevedores, contribuirão também os exonerados da solidariedade pelo credor, pela parte que na obrigação incumbia ao insolvente.
- (B) o pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida aproveita aos outros devedores, independentemente da quantia paga ou relevada.
- (C) o credor não pode renunciar a solidariedade em favor de um ou de alguns dos devedores.
- (D) todos os devedores respondem pelos juros da mora, com exceção da ação que tenha sido proposta somente contra um.
- (E) na impossibilidade da prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, bem como as perdas e danos.



57. Considere as seguintes assertivas a respeito do contrato aleatório:

- I. Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, exceto se nada do avençado venha a existir.
- II. Se for aleatório o contrato, por se referir a coisas existentes, mas expostas a risco, assumido pelo adquirente, terá igualmente direito o alienante a todo o preço, posto que a coisa já não existisse, em parte ou de todo, no dia do contrato.
- III. Se for aleatório, por serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá também direito o alienante a todo o preço, desde que de sua parte não tiver concorrido culpa, ainda que a coisa venha a existir em quantidade inferior à esperada.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

Direito Processual Civil

58. Considere as seguintes assertivas a respeito da coisa julgada:

- I. Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- II. A sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas.
- III. Faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
- IV. Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

59. Joana interpôs embargos infrigentes em face de acórdão não unânime que reformou, em grau de apelação, a sentença de mérito da ação de cobrança que ajuizou em face de Matilde. Estes embargos não foram admitidos. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, desta decisão

- (A) caberá recurso especial, no prazo de dez dias para o Superior Tribunal de Justiça.
- (B) caberá agravo, em dez dias, para o órgão prolator da decisão que não admitiu os Embargos.
- (C) caberá agravo, em dez dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
- (D) caberá agravo, em cinco dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
- (E) não caberá recurso.

60. No processo A o réu X interpôs embargos infrigentes; no processo B o autor Y interpôs recurso extraordinário e no processo C o autor interpôs recurso especial. Cumprida as formalidades legais, caberá recurso adesivo aos recursos interpostos nos processos:

- (A) A e B, apenas.
- (B) A e C, apenas.
- (C) B, apenas.
- (D) B e C, apenas.
- (E) A, B e C.

61. Sobre a Alienação em hasta pública, é correto afirmar:

- (A) Não se efetuará a adjudicação ou alienação de bem do executado sem que da execução seja cientificado, por qualquer modo idôneo e com pelo menos trinta dias de antecedência, o credor com garantia real, que não seja de qualquer modo parte na execução.
- (B) O competente edital será afixado no local de costume e publicado, em resumo, com antecedência mínima de quinze dias, pelo menos duas vezes em jornal de ampla circulação local.
- (C) A arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante ou, no prazo de até sessenta dias, mediante caução.
- (D) Quando o imóvel de incapaz não alcançar em praça pelo menos 80% do valor da avaliação, o juiz o confiará à guarda e administração de depositário idôneo, adiando a alienação por prazo não superior a um ano.
- (E) Efetuado o leilão, lavrar-se-á o auto, que não poderá abranger bens penhorados em mais de uma execução, expedindo-se, se necessário, ordem judicial de entrega ao arrematante.



<p>62. Com relação ao arresto, considere:</p> <p>I. A justificação prévia, quando ao juiz parecer indispensável, far-se-á em segredo e de plano, reduzindo-se a termo o depoimento das testemunhas.</p> <p>II. Quando o arresto for requerido pela União, Estado ou Município, nos casos previstos em lei, o juiz o concederá independentemente de justificação prévia.</p> <p>III. Julgada procedente a ação principal, o arresto se resolve em penhora.</p> <p>IV. Ficará suspensa a execução do arresto se o devedor tanto que intimado, depositar em juízo a importância da dívida, inclusive, na hipóteses de não depositar os honorários de advogado que o juiz arbitrar e as custas, tendo em vista a satisfação da obrigação principal.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I, II e III. (C) II e III. (D) II, III e IV. (E) III e IV.</p>	<p>65. NÃO é circunstância agravante obrigatória, prevista no Código Penal brasileiro, ter o agente cometido o crime:</p> <p>(A) contra cônjuge. (B) em ocasião de desgraça particular do ofendido. (C) contra adolescente. (D) prevalecendo-se de relações domésticas. (E) com violação de dever inerente à profissão.</p> <hr/> <p>66. Considere as hipóteses:</p> <p>I. O agente deixa de prestar imediato socorro à vítima. II. O delito é resultado da inobservância de regra técnica de profissão. III. O crime é praticado contra pessoa menor de 14 anos ou maior de 60 anos. IV. O agente foge para evitar prisão em flagrante. V. O agente encontrava-se em estado de embriaguez preordenada.</p> <p>De acordo com o Código Penal brasileiro, é qualificado o homicídio culposo nas hipóteses:</p> <p>(A) I, II e III. (B) I, II e IV. (C) I, II e V. (D) II, III e V. (E) III e IV.</p>
<p>63. Com relação a ação de consignação em pagamento, tratando-se de prestações periódicas, uma vez consignada a primeira,</p> <p>(A) pode o devedor continuar a consignar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que os depósitos sejam efetuados até dez dias, contados da data do vencimento.</p> <p>(B) não pode o devedor continuar a consignar, no mesmo processo, as que se forem vencendo, devendo ajuizar nova ação para cada depósito.</p> <p>(C) pode o devedor continuar a consignar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que os depósitos sejam efetuados até cinco dias, contados da data do vencimento.</p> <p>(D) pode o devedor continuar a consignar as que se forem vencendo no mesmo processo, desde que requeira expressamente e este requerimento seja deferido e os depósitos efetuados até dez dias, contados da data do vencimento.</p> <p>(E) pode o devedor continuar a consignar as que se forem vencendo no mesmo processo, desde que requeira expressamente e este requerimento seja deferido e os depósitos efetuados até quinze dias, contados da data do vencimento.</p>	<p>67. Poderá ser concedido perdão judicial para o autor do crime de injúria no caso de</p> <p>(A) não ter resultado lesão corporal da injúria real. (B) ter sido a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador. (C) ter sido a opinião desfavorável emitida em crítica literária, artística ou científica. (D) ter sido o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação prestada no cumprimento de dever do ofício. (E) ter o ofendido, de forma reprovável, provocado diretamente a ofensa.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>64. A reparação do dano causado ou a devolução do produto do ilícito, pelo condenado por crime contra a administração pública, constitui</p> <p>(A) condição para a progressão de regime do cumprimento da pena. (B) causa de extinção de punibilidade. (C) causa de redução da pena. (D) motivo para perdão judicial. (E) discriminante genérica.</p>	<p>68. Sobre o crime de extorsão mediante sequestro, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) seu objeto jurídico é o patrimônio e, indiretamente, a liberdade individual e a incolumidade pessoal. (B) se trata de crime permanente. (C) aquele que participou do delito, caso preste informações que facilitem a libertação do sequestrado, terá sua pena reduzida. (D) se trata de crime material, que se consuma quando o agente obtém a vantagem econômica exigida. (E) se trata de crime formal que admite tentativa.</p>



Direito Processual Penal

69. Entendendo não ser o Juiz que recebeu a denúncia competente para a causa, a defesa arguiu exceção de incompetência, tendo sido aberta vista dos autos ao Ministério Público, que concordou com a excipiente. Se o Juiz rejeitar a exceção,

- (A) poderá o Ministério Público exigir a remessa dos autos ao Juiz competente, se tratar-se de incompetência absoluta.
- (B) continuará no feito, não cabendo recurso da decisão do Juiz que se dá por competente.
- (C) prosseguirá no feito, mas deverá suscitar conflito negativo de competência.
- (D) poderá o Ministério Público interpor recurso em sentido estrito.
- (E) caberá recurso de apelação, com efeito devolutivo.

70. O documento entregue ao conduzido após a lavratura do auto de prisão em flagrante, assinado pela autoridade policial e contendo o motivo da prisão, o nome do condutor e das testemunhas, denomina-se

- (A) termo circunstanciado.
- (B) auto de prisão em flagrante.
- (C) nota de culpa.
- (D) carta de guia.
- (E) boletim de ocorrência.

71. No caso de ação penal por crime cometido contra vítima maior de sessenta anos, em que o Ministério Público não pediu a aplicação de agravante por tal circunstância, o Juiz, ao proferir sentença,

- (A) não considerará a circunstância, porque não prevista na lei penal.
- (B) pode levar em conta a agravante, desde que não contestada pela defesa na primeira oportunidade de manifestação nos autos.
- (C) não pode reconhecer a agravante, porque não invocada pela acusação, em face do princípio do contraditório.
- (D) pode levar em conta a agravante e aumentar a pena.
- (E) não pode reconhecer a agravante, pois se trata de circunstância qualificadora, que implica em *mutatio libelli*.

72. Da decisão que conceder a reabilitação cabe

- (A) correição parcial.
- (B) recurso em sentido estrito.
- (C) somente o recurso de ofício.
- (D) revisão.
- (E) apelação.

73. Nos processos de competência originária perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, por crime de ação penal pública, serão praticados, dentre outros, atos na seguinte sequência:

- (A) denúncia no prazo de quinze dias, notificação do acusado para resposta, recebimento da denúncia, citação do acusado, defesa prévia, instrução, alegações escritas e julgamento.
- (B) denúncia no prazo de dez dias, citação do acusado, defesa prévia, interrogatório, oitiva de testemunhas, debates orais e julgamento.
- (C) denúncia no prazo de quinze dias, recebimento, notificação do acusado para resposta, interrogatório, oitiva de testemunhas, alegações escritas e julgamento pelo Relator.
- (D) denúncia no prazo de dez dias, recebimento, citação, resposta do acusado, instrução, sustentação oral e julgamento pelo Tribunal.
- (E) denúncia no prazo de quinze dias, recebimento da denúncia pelo relator, citação, defesa prévia, interrogatório, debates e julgamento pelo Tribunal.

74. O prazo para interposição de recurso das decisões proferidas na sessão do Júri, onde estão presentes as partes processuais e o réu, começa a fluir

- (A) da data em que se esgotar o prazo do edital.
- (B) da juntada do mandado de intimação ou da precatória aos autos.
- (C) da intimação pessoal das partes, advogados e Ministério Público.
- (D) do dia em que a parte manifestar, nos autos, ciência inequívoca da sentença.
- (E) da data da sessão, após a leitura da sentença.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

75. Em relação ao provimento do cargo público é correto afirmar que,

- (A) a posse e o exercício ocorrerão no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de proclamação dos aprovados no concurso, podendo ser prorrogado por igual prazo, uma única vez.
- (B) a nomeação far-se-á, dentre outras hipóteses, em comissão, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira, inclusive na condição de interino para cargos de confiança vagos.
- (C) o servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido posto em exercício provisório terá, no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- (D) pela posse há o efetivo desempenho das atribuições da função de confiança, sendo de trinta dias o prazo para o servidor aprovado em cargo público entrar em exercício, contados da data do ato de provimento.
- (E) a recondução é a reinvestidura do servidor efetivo ou comissionado no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua aposentadoria por decisão administrativa ou judicial, sem ressarcimento de eventuais vantagens.



76. Quanto aos direitos, vantagens e adicionais do servidor público civil da União, considere:

- I. Vencimento é a remuneração do cargo efetivo ou comissionado, descontadas as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- II. Mediante expressa solicitação do servidor, será pago por ocasião das férias, um adicional correspondente a um terço da remuneração de férias, sendo que no caso de cargo em comissão, a respectiva vantagem não será considerada no cálculo das férias.
- III. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.
- IV. As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito, sendo que as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.
- V. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho e somente será permitido para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de duas horas por jornada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) II, IV e V.
- (D) III, IV e V.
- (E) IV e V.

77. Sobre a Lei nº 9.784/99, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, em relação à competência é INCORRETO afirmar:

- (A) Podem ser objeto de delegação, irrevogável pela autoridade delegante, a decisão de recursos administrativos e a edição de atos de caráter normativo.
- (B) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
- (C) Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- (D) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- (E) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerarse-ão editadas pelo delegado.

Regimento Interno do TRE-AC

78. No julgamento dos processos originários ou de recursos, é INCORRETO afirmar que

- (A) quando se tratar de julgamento de recurso contra expedição de diploma, cada parte terá vinte minutos, improrrogáveis para a sustentação oral.
- (B) quando houver mais de um recorrente, estes falarão na ordem de interposição do recurso, mesmo que figurem também como recorridos.
- (C) sendo a parte representada por mais de um advogado, o tempo será dividido igualmente entre eles, salvo se acordarem de outro modo.
- (D) em processo criminal, o réu, ou seu defensor, embora seja o recorrente, falará após o Procurador Regional Eleitoral.
- (E) cabe sustentação oral nos embargos, conflitos de jurisdição, consultas, representações ou reclamações, e nos recursos de decisões do Relator.

79. Nos termos do Regimento Interno do TRE-AC, nenhum juiz efetivo poderá voltar a integrar o Tribunal, na mesma classe ou em classe diversa, após servir por dois biênios consecutivos, salvo se transcorridos dois anos do término do segundo biênio, sendo que

- (A) se consideram também consecutivos dois biênios, quando, entre eles, houver interrupção superior a dois anos.
- (B) o prazo de dois anos somente poderá ser reduzido no caso de inexistência de outros juízes que preencham os requisitos legais.
- (C) a recondução opera-se antes do término do primeiro biênio, havendo obrigatoriamente nova posse, salvo se houver interrupção do exercício.
- (D) o prazo para a posse em biênios sucessivos não poderá em hipótese alguma ser prorrogado pelo Tribunal, salvo para o Corregedor-Geral e o Procurador Regional.
- (E) ao juiz substituto, enquanto nessa categoria, não se aplicam as regras do biênio, sendo-lhe permitido vir a integrar o Tribunal na mesma condição, porém vedada, em qualquer caso, a posse como efetivo.

80. No que se refere aos recursos em geral, considere os prazos para:

- I. Distribuição;
- II. Juntada de petição do recurso especial;
- III. Manifestação do Procurador Regional Eleitoral;
- IV. Interposição de agravo;
- V. Interposição de recurso, sempre que a lei não especificar prazo especial; e
- VI. Conclusão dos autos, em caso de recurso especial.

Nesses casos, e salvo disposição legal em contrário, serão observados os prazos, respectivamente, de

- (A) 24 horas; 48 horas; 05 dias; 03 dias; 03 dias e 24 horas.
- (B) 24 horas; 03 dias; 03 dias; 05 dias; 05 dias e 48 horas.
- (C) 48 horas; 05 dias; 03 dias; 24 horas; 24 horas e 03 dias.
- (D) 03 dias; 03 dias; 24 horas; 03 dias; 05 dias e 24 horas.
- (E) 05 dias; 24 horas; 48 horas; 24 horas; 03 dias e 05 dias.

